

ACTA Nº 41

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28-09-1999

PRESIDÊNCIA ABERTA EM S. BERNARDO

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, no Edifício-Sede da Junta de Freguesia de S. Bernardo, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Aveiro, sob a Presidência do Sr. Presidente, Dr. Alberto Afonso Souto de Miranda, e com a presença dos Vereadores Srs. Eduardo Elisio Silva Peralta Feio, Jaime Simões Borges, Dr. José Augusto Machado Ribeiro Gonçalves, Eng.º Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Dra. Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Prof. Celso Augusto Baptista dos Santos e Eng.º Eduardo Belmiro Torres do Couto.

Esteve também presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Bernardo, Dr. Hélio Maia.

FALTAS: - Foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta dada pelo Sr. Vereador Domingos Cerqueira.

Pelas 15.00 horas o Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. Presidente deu a palavra, pela seguinte ordem, aos munícipes presentes e que se inscreveram para colocarem as questões que se seguem:

Eng.º Carlos Reis – Colocou uma questão que tem a ver com o facto de a Petrogal ter adquirido terrenos destinados à instalação de uma área de serviço nesta freguesia, para a qual obteve as necessárias autorizações quer por parte da Câmara Municipal quer por parte da JAE e só posteriormente à publicação do PDM se veio a saber que esses terrenos foram integrados na Reserva Agrícola Nacional, o que motivou que o processo tivesse sido embargado. Perguntou por isso se se perspectiva solução para o assunto. O Sr. Presidente esclareceu que os terrenos em causa estão localizados junto à Variante de Mamodeiro – acesso

sul à auto-estrada - estando a aguardar-se a aprovação, por parte do Governo, a duplicação da via para quatro faixas, pelo que só após essa resolução poderá ser equacionado e ser tido em consideração o problema exposto.

D. Adriana Carlos Santos que colocou a seguinte questão. Aquando da construção da Escola C+S de S. Bernardo, era uma das proprietárias dos terrenos necessários à implantação da escola e, como tal, formalizou com a Câmara um contrato em que esta lhe adquiriria a área necessária por permuta com lotes situados noutra área. Só que, decorridos que vão largos anos, ainda não se encontra totalmente resolvida a questão, nomeadamente porque há uma área remanescente - cerca de 1.000 m² - que não está contemplada na escritura. O Sr. Presidente referiu que, em parte, o atraso se deve às dificuldades de rectificação das áreas na Conservatória, o que tem levado a que os processos se arrastem há longo tempo mas que tudo fará para que, o mais breve possível, se encontre uma boa solução para o assunto.

Sr. Mário José Figueira Brízida que, em representação dos Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária de S. Bernardo, lê o seguinte comunicado: Comunicado à Assembleia de Câmara realizada em S. Bernardo durante a Presidência Aberta em 99/09/28. Ex.mo Senhor Presidente da Câmara, Ex.mo Senhor Presidente da Junta, restantes entidades, minhas senhoras e meus senhores: Os Pais e Encarregados de educação da Escola Primária de S. Bernardo vêm por este meio agradecer as obras efectuadas nesta escola, melhorando consideravelmente as condições de trabalho para professores e alunos. Felicitamos todas as pessoas que se empenharam para tornar esta obra possível. A Educação é a acção mais importante da Sociedade moderna, pois com ela se formam as pessoas que amanhã decidirão os destinos do País. Como tal, deveremos todos nós concentrar nosso empenho no garante da qualidade de Ensino ministrado às nossas crianças e jovens, exigindo dos órgãos de poder acções que garantam essa mesma qualidade. A Escola Primária de S. Bernardo, é hoje uma escola considerada exemplar, pelas suas instalações, baixa taxa de insucesso, e projectos inovadores em que está envolvida. Para tal tem contribuído o empenho e profissionalismo do seu Corpo Docente, e o apoio da Câmara Municipal e Junta de Freguesia. Lamentamos dizer infelizmente, nem tudo são rosas! A Escola debate-se neste momento com um grave problema de falta de professores. Comparativamente ao Ano Lectivo Anterior, a escola de S. Bernardo tem menos 6 alunos. Tinha anteriormente 14 turmas, e 14 professores, e tem neste momento 12 turmas e 12 professores. O Ministério da Educação ou quem o representa, justifica esta redução com a frieza vã dos números. Esta acção teve como consequência a dissolução de uma turma,

integrando as turmas do 3º Ano alunos do 2º, e um elevado n.º de alunos por turma. Por considerarem ser uma perda de condições já adquiridas que irá conduzir a uma considerável degradação da qualidade de ensino, e a uma constituição de turmas inadmissível numa zona com a densidade e heterogeneidade como a Freguesia de S. Bernardo, os Pais e Educadores, reunidos em Assembleia Geral declararam estar dispostos a tomar todas as acções necessárias para que sejam colocados 13 e não 12 professores neste Estabelecimento de ensino. Tememos que, a manter-se esta situação, para o próximo ano esta situação se degrade ainda mais, devido ao grande aumento populacional registado nesta freguesia, com o consequente aumento do n.º de crianças em idade escolar. De notar ainda que a diminuição do n.º de alunos do ano passado para este ano reporta ao início do ano lectivo e não tem ainda em conta as transferências. Existe pois uma forte possibilidade de este número igualar o do ano passado ou mesmo ultrapassá-lo. Por tal consideramos ser urgente a resolução deste problema. Esta pretensão foi apresentada por uma comissão de Pais e Encarregados de Educação ao Sr. Coordenador de Acção Educativa de Aveiro, que amavelmente nos recebeu, mas disse nada poder fazer, pois o órgão de decisão em todo este processo tem sede em Coimbra!. O Sr. Presidente da Câmara, em visita às instalações da Escola, proporcionou-nos atenciosamente a oportunidade de lhe dar conta da situação, da qual tomou nota. Estamos plenamente conscientes que o Poder Autárquico não tem competências de decisão neste caso, mas consideramos poder ter um papel muito importante na sensibilização de quem de direito, para que seja tomada uma decisão que satisfaça as nossas exigências. Esperamos poder continuar a contar com a ajuda da Junta de Freguesia, que em tantas situações relacionadas com a Escola, na pessoa do seu Presidente, tem dado o seu incondicional e importante apoio. Obrigado pela vossa atenção".

O Sr. Presidente disse entender bem a preocupação manifestada pelos professores aqui representados, afirmando que se trata de um panorama que infelizmente se faz sentir por todo o País, mas que irá procurar obter informações precisas junto da DREC para saber qual foi o motivo da retirada dos professores e se existirem motivos expressos para efectuar uma deslocação a Coimbra em conjunto com os professores, estará disponível um elemento da Câmara.

Sr. Basílio Ramos Balseiro que levantou o problema relacionado com o estado de degradação do pavimento da Rua do Marco naquela freguesia questionando para quando a sua reparação, tendo o Sr. Presidente informado que a sua recuperação está prevista em P.A., sendo uma obra orçada em cerca de cinquenta mil contos, pelo que se ainda no decurso do corrente ano, existirem disponibilidades por parte da Câmara, dar-se-á início aos trabalhos. Aludiu,

ainda, ao facto de na rua em causa andarem em curso outras infra-estruturas, como por exemplo a instalação de gás, o que também tem contribuído para o atraso na sua recuperação.

Sr. Aníbal Ferreira Canha também este se referiu à pavimentação da mesma Rua do Marco e ainda da Rua da Maritona, lamentado-se pelo facto de, em época de chuva, não pode sequer entrar em sua casa, ao que o Sr. Presidente, como no caso anterior, disse que a Câmara tudo fará para pôr a obra a concurso ainda este ano, embora não tão rápido quanto se deseja, na medida em que terá que ser por concurso público que é muito mais demorado.

Sr. João Carlos de Almeida Capela que expôs uma situação relacionada com dois prédios situados na Estrada Principal mesmo em frente à Igreja de S. Bernardo, sendo que o problema se relaciona com o facto de, no Plano de Pormenor para o local, a faixa de rodagem cair mesmo em cima dos referidos prédios, tendo o Sr. Presidente recomendado a marcação de uma reunião com os técnicos municipais a fim de se tentar encontrar uma solução.

Sr. Carlos Alberto Ferreira denunciou uma situação existente na Rua Dr. Vale Guimarães, na qual alega existirem obras licenciadas como habitações unifamiliares e agora estão a ser licenciadas outras como armazéns que, por sua vez, se estão a transformar em fábricas poluentes para os habitantes ali residentes, quando a zona em causa não tem quaisquer condições para estes fins. Questiona, por isso, quais as condições em que os ditos armazéns foram licenciados e qual a solução para os moradores, acrescentando que segundo informação da Delegação Regional de Coimbra, essas obras encontram-se em situação ilegal. Respondeu o Sr. Vereador Dr. José Gonçalves que referiu que se trata de um problema que deve ser analisado com mais especificidade e que, naturalmente, haverá responsabilidades, que podem competir ou não à Câmara, mas que tudo será feito para esclarecer este assunto.

A propósito deste assunto, o Sr. Vereador Prof. Celso Santos afirmou que não há armazéns ilegais, o que poderá ter acontecido é que foram aparecendo pedidos apenas para armazéns que posteriormente se foram transformando em oficinas, mas que nestas matérias é sempre muito difícil acertar os interesses das pessoas.

Sr. José Carlos de Jesus Ferreira começa por saudar a Câmara Municipal e congratular-se com as promessas eleitorais feitas, porquanto lhe parece que estão a ser cumpridas. De seguida referiu-se a um problema surgido na Rua dos Fornos, na qual existia uma servidão que era pública e que foi transformada em privada pelo Sr. Manuel Ramos, que procedeu a aterros que impedem o livre acesso das pessoas, mostrando grande indignação pois

que se trata de uma zona de reserva. O Sr. Presidente esclareceu o interessado de que o problema está em Tribunal pelo que temos que aguardar que haja uma decisão.

Sr. Armindo Pereira residente na Rua Anselmo Lopes, tendo aludido a um problema que lhe vem trazendo alguns transtornos e que se relaciona com o facto de, junto da sua habitação, existir um estaleiro que provoca grandes ruídos. O Sr. Presidente comprometeu-se a passar no local no final da reunião.

Dr. Vítor Marques fez a seguinte intervenção: *"O assunto da minha intervenção tem a ver com a Envolvente à C+S de S. Bernardo e o objectivo é chamar a atenção da C.M.A. para os factos que se reportam àquela envolvente, nos aspectos patrimoniais e urbanísticos, exigindo-se a urgente resolução dos problemas daí oriundos, dado que a situação se arrasta já desde 1992, configurando-se hoje como uma actuação pouco clara por parte da Câmara, situação que é ao mesmo tempo **Imoral, Ilegítima e Illegal**. Porquê? 1º - Ilegítima, porquê? posse dos terrenos: aquando e previamente à instalação da Escola, a Junta de Freguesia liderou e celebrou acordos de permutas de parcelas de terrenos abrangidos pela implantação da estrutura escolar, acordos feitos caso a caso e pessoalmente. Reduzidos a acordos escritos, tais negociações tiveram por base um plano urbanístico (de que foi fornecida a todos a respectiva planta de síntese, documento que faz parte integrante dos acordos celebrados), que previa a cedência de lotes previamente assinalados, em troca dos terrenos recebidos. Com base no mesmo estudo urbanístico e com o compromisso de o mesmo ser implementado no terreno e rigorosamente cumprido, celebraram os cedentes, de total boa fé, os acordos propostos. Sete anos depois (pasmem-se!!) os proprietários cedentes não podem ainda proceder ao registo de propriedade dos lotes pretensamente recebidos, pelo que, na prática, deram terrenos e em troca nada têm, pois que não havendo registo, não há titularidade de propriedade, com todas as consequências nefastas e, em alguns casos, altamente prejudiciais daí decorrentes, tais como: impossibilidade em edificar, em alienar, em partilhar por óbito ou doação, etc.. É de facto no mínimo ilegítimo não cumprir o acordado e em tempo útil!!! 2º - **Imoral**, porquê? Porque, e muito bem, o P.P. então elaborado e submetido à apreciação dos interessados e do próprio público em geral, tinha em conta (não podia ser de outro modo!!!) tudo o que no terreno abrangido e/ou envolvente à escola já estava edificado, aprovado, ou licenciado, bem como em conta levava o tipo de equipamento a instalar (edifício escolar), sendo sempre promessa reiterada, o intuito de a zona ser de elevada qualidade urbanística. Puro engano!!! O que se verifica hoje no terreno? Caos urbanístico, degradação, abandono,*

ausência de infra-estruturas básicas, desrespeito ao plano aprovado e violação de direitos básicos de quem já estava consolidado no terreno aquando e muito anteriormente ao P.P. Exemplos? Só dois e apenas como tal: Armazéns e cêrceas não previstas (situação do Armazém Pneus CEE); afastamentos, implantações, ocupações ao solo e alinhamentos totalmente desrespeitados por algumas edificações nascentes (veja-se lotes do designado sector E, e a clara violação que tais edificações constituem a tudo o que estava no estudo urbanístico base, bem como aos mais elementares direitos dos cidadãos/ municipais que já possuíam as moradias, obviamente viradas à Rua Dr. Ernesto Paiva, única existente à data). 3° - Illegal, porquê? 1 => Porque não pode haver divisão de propriedade por Lotes sem haver processo formal de Loteamento, memória descritiva, planta de síntese, condicionantes, etc.. No caso vertente não há! No entanto e porque a própria Câmara em tempos emitiu certidões avulso, alguns dos lotes existem e sempre foram designados como tal em toda a documentação interna e externa, inerente aos processos de informação prévia ou mesmo licenciamento; 2 => Porque sempre foi designado aquele plano por "P.P. C. S de S. Bernardo" quando afinal, não existe nenhum P.P. para a zona que tenha qualquer eficácia real, porque nunca foi publicado em D.R.; 3 => Ainda porque, ao não ser cumprido o estudo urbanístico acordado em sede das diferentes negociações (estudo superiormente aprovado em 13-10-93 pela Assembleia Municipal de Aveiro), se defraudam legítimas expectativas dos cedentes, quebrando-se assim a regra fundamental da boa fé e de transparência/lisura negociais; 4 => Porque se subvertem e aduiteram as mais elementares regras básicas de ordenamento do território e se quebram e/ou não cumprem acordos reduzidos a escrito por entidades que se não estivessem credibilizando o processo) se creem, e não se duvida que sejam, rigorosas, cumpridoras e que acima de tudo pugnam pela legalidade e legitimidade dos actos que praticam. Face ao exposto, se espera da C.M.A. rápida intervenção e superação das deficiências/negligências apontadas, restabelecendo-se assim o clima de confiança e credibilidade, por enquanto e para já totalmente quebrados."

Sobre esta questão o Sr. Presidente afirmou que, de facto, todo o processo relacionado com a urbanização em causa correu mal desde o início, há dificuldades em legalizar os acordos com os proprietários porque há questões que ainda não puderam ser ultrapassadas mas que irá ser redobrada a atenção nesta matéria para tentar resolver de vez os problemas existentes. De seguida, deu a palavra ao Sr. Vereador Dr. José Gonçalves que, na qualidade de Vereador responsável pela área, embora que há pouco tempo, disse ter-se já cruzado com este problema e que considera o licenciamento de obras particulares, uma matéria

W
R
W
muito sensível, reconhecendo que vivemos num ambiente urbano bastante desorganizado. Relativamente à questão concreta colocada pelo Sr. Dr. Vítor Marques, disse que em nome das responsabilidades que exerce na Câmara, irá estar atento não só àquilo que a lei prescreve como aos acordos que foram estabelecidos com cada uma das partes contratantes. Quanto à questão da solução dos estudos urbanísticos ser uma boa ou má solução, como gestão dos espaços urbanos, é uma questão que, pessoalmente, irá procurar aprofundar se será ainda uma via que faça sentido hoje em dia.

O Sr. Vereador Prof. Celso Santos fez também uma referência ao assunto começando por dizer que lhe parecia que de tudo o que foi dito ficou uma imagem que ninguém teve culpa, exceptuando a Câmara Municipal da época e parecendo que andou tudo mal. Em sua opinião e bem pelo contrário, acha que andou muito bem, porque ou a Câmara na altura investia meio milhão de contos para ter direito por parte do Ministério da Educação a três escolas C+S, simultaneamente, (Cacia, S. Bernardo e Aradas), ou perdia esse direito. E então como na altura não havia PDM tinha de se fazer um estudo urbanístico que servisse de orientação e, na altura, a Junta de Freguesia tomou essa iniciativa e com o apoio dos técnicos, desenvolveu-o e muito bem. E foi nesse circunstancialismo e nesse espírito de querer obter o terreno e querer negociar com os proprietários que tudo se desenvolveu. A Câmara da altura não podia deixar de aproveitar a oportunidade de ter as escolas e por isso fez o que fez, fez acordos com os proprietários dos terrenos se alguns não foram cumpridos há que ver as causas e legalizar as situações.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Imediatamente a seguir, o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que intervieram na seguinte ordem:

Dra. Maria Antónia – *“Há dois dias que estamos a percorrer esta Freguesia, tomámos conhecimento dos problemas e das realizações da Junta. Quero dar os parabéns pelo Presidente que têm, pelo grande dinamismo que ele tem mostrado à frente desta região, pela capacidade que ele tem demonstrado de reivindicar e de resolver os problemas. Os problemas que vos afligem foram colocados às pessoas que têm a capacidade de decisão e que são os socialistas que estão na Câmara de Aveiro. Como devem ter percebido eu sou do PSD, não tenho grande capacidade de intervenção, a não ser capacidade de reivindicação ou de*

crítica que é para isto que existem as oposições. Queria chamar a atenção para dois pontos, aproveitando o facto de estarmos em campanha eleitoral para as Legislativas que são completamente distintas das autárquicas. Uma coisa é uma Autarquia e nós temos de cooperar o mais possível com a Autarquia em que estamos inseridos, outra coisa são as eleições legislativas. Queria chamar a atenção para o facto de ser muito importante que não haja abstenção. Chamo sobretudo a atenção das mulheres e consciencializo-as que o voto feminino em todas as eleições em Portugal e noutros Países do Mundo é muito importante porque é maioritário. Portanto aquilo que nós decidirmos será o resultado das eleições. Por isso peço a participação nas eleições pois não participar é uma falta de espírito democrático e uma falta de cultura política. Votar em consciência é muito importante mas, antes de votar em consciência, é preciso fazer uma análise muito verdadeira e muito clara sem que nos deixemos enganar por publicidades enganosas, sem que nos deixemos enganar pela capa dos livros, porque é mais importante o conteúdo. Era neste sentido que eu queria chamar a atenção para que a consciencialização e participação das pessoas fosse grande no próximo dia 10 de Outubro".

Eng.º Cruz Tavares: "Não podia deixar de dirigir duas palavras ao povo de S. Bernardo por parte de um Vereador não socialista desta Câmara e dizer-vos o quanto apreciei o espírito de solidariedade, de associativismo activo que se pressente nesta freguesia, em grande parte devido ao espírito dos seus munícipes que estão primorosamente enquadrados pela Junta de Freguesia e pelo seu Presidente, pelos líderes das diversas associações que estão activas neste tecido social que se pressente activo, participativo e não conformado. Esta freguesia é também uma voz não conformada, é uma voz que não está a sofrer do sufoco que o nosso país neste momento está a atravessar. Estamos numa campanha eleitoral a nível nacional e eu tenho pena que esta presidência aberta tenha sido escolhida numa altura de plena campanha eleitoral, gostaria que tivesse sido marcada para 15 dias antes ou 15 dias depois e portanto dentro de 15 dias vamos fazer uma eleição para o Governo que governa as cidades, onde se inclui Aveiro que tem freguesias e onde se inclui S. Bernardo. Esta data não foi escolhida por nós. Queria saudar-vos porque S. Bernardo é uma freguesia activa, que tem voz, que sabe escolher, que tem um Presidente muito activo, ao qual não desculpo certos números que durante a presidência aberta nos podia ter dispensado de assistir mas, em primeiro lugar, que o tecido social de S. Bernardo continue tão activo e tão exigente como até agora e que o seu Presidente e todos os líderes das diversas associações que estão a trabalhar

em S. Bernardo, continuem a exigir e a reclamar e que o trabalho que têm feito até agora, se sedimente, se solidifique e que realmente S. Bernardo continue.”

Sr. Eduardo Feio: “Quería também saudar a freguesia de S. Bernardo e deixar referenciado um voto de congratulação por estarmos aqui. Tenho vindo a acompanhar o desenvolvimento de S. Bernardo nos últimos cinco anos, também enquanto Vereador da oposição e tenho verificado o grande desenvolvimento de S. Bernardo a que a Câmara, obviamente, está e continuará a estar atenta para acompanhar e apoiar esse processo. Quero ainda congratular-me com o espírito que me atreveria a chamar de socialista, que senti na freguesia, no sentido de um grande respeito pelas questões e pelos valores essenciais da sociedade, pela solidariedade, valores que eu partilho enquanto socialista e que vim aqui encontrar numa freguesia não socialista mas numa comunidade que eu penso estar no caminho da democracia.”

Eng.º Belmiro Couto: “Em primeiro lugar quero-me congratular com a realização desta iniciativa, claramente não é a primeira que se fez em S. Bernardo uma visita dos membros de Câmara a esta Freguesia, como foi anunciado, mas o importante é que mais uma vez, os responsáveis pelo exercício do poder político tiveram oportunidade de contactar de uma forma sistematizada com as questões concretas desta Freguesia. A este propósito, quero lamentar não ter tido a oportunidade de estar presente em todo o programa, mas de facto, fui convidado a participar, por telefone, apenas 30 minutos antes do momento do início do programa, o que não me permitiu agilizar a agenda dados os compromissos profissionais que não consegui adiar. São Bernardo deu, durante este programa, mais uma demonstração de ser uma autarquia exemplar, é aliás vulgar, encontrar autarcas e municipais dizer “como em São Bernardo” fazendo apelo a um modelo de que todos gostam e seguem como exemplar. Estão de parabéns os autarcas, as colectividades e a população em geral, que tem sabido dinamizar e assumir responsabilidades, em parceria, dando mostras de um excelente exemplo de desenvolvimento local de qualidade. Quero aproveitar este momento para fazer uma reflexão sobre a construção desta “nova cidade”: para mim São Bernardo não é mais uma freguesia em processo de transição para ser um freguesia da cidade de Aveiro, acho que São Bernardo, “tem vida própria”, como foi demonstrado nesta visita, o planeamento deve perspectivar no tempo o desenvolvimento da urbanidade do território. Penso que seria um bom desafio para S. Bernardo desenvolver o seu próprio “plano estratégico” e “o seu PDM” obviamente à escala da freguesia e em instrumentos apropriados acho que a sua vida e o seu

desenvolvimento merecem essa "autonomia estratégica". Parabéns a São Bernardo, e mantenho a minha disponibilidade para junto de todos colaborar no desenvolvimento desta autarquia."

Prof. Celso Santos: "Durante doze anos consecutivos, período em que exerci as funções de autarca, quer como Vereador, quer como Presidente e agora de novo como Vereador, tive a oportunidade de acompanhar muito de perto a evolução da freguesia de S. Bernardo, as qualidades do seu povo, o entusiasmo sempre existente e a capacidade de trabalho desenvolvido na defesa dos seus interesses e conseqüente progresso da sua terra. O povo de S. Bernardo embora não indiferente às diferenças políticas, soube sempre conjugar esforços quando chamado a participar nas acções promovidas pelos seus autarcas. Uma palavra de reconhecimento para todos os Presidentes da Junta que neste espaço de tempo dedicaram o seu trabalho e empenhamento colocado para suprirem as necessidades existentes na freguesia. Efectivamente é visível a obra feita como o é forma harmoniosa como vem sendo feita. S. Bernardo dispõe hoje de bons equipamentos e infra-estruturas capazes para o seu progresso. O seu crescimento e desenvolvimento, que podemos verificar, vem transformando esta terra cada vez mais numa zona citadina, que, diga-se, acompanhada à vontade os níveis das freguesias mais urbanas. Manifesto aqui o meu contentamento por isso e por ter acompanhado de perto esta mudança. O Sr. Presidente da Junta, Dr. Hélio Maia tem sabido dirigir a autarquia com inteligência e muito empenho. É merecedor do meu reconhecimento e creio que de todos. Ao felicitá-lo peço-lhe que continue com o mesmo entusiasmo, pois está no caminho certo. Há muito a fazer e S. Bernardo merece-o. Aproveite a oportunidade para lembrar ao Executivo a necessidade da maior atenção para as acções urbanísticas a surgirem nesta freguesia. S. Bernardo é hoje uma terra de promessa, muito atractiva em termos de construção. Haverá que criar as melhores condições, no respeito pelo PDM, nos Planos de Pormenor ou simples estudos urbanísticos para se evitarem erros. S. Bernardo é uma freguesia bonita e é uma obrigação protegê-la. Para isso é obrigatório preservar e cuidar com tempo o seu urbanismo e não deixá-la apenas ao sabor do investidor individual."

Dr. José Gonçalves: "Devo dizer que partilho fortemente das preocupações que foram levantadas pelo Eng.º Belmiro Couto. Penso realmente que o problema de pensar e decidir estrategicamente sobre o desenvolvimento da cidade é o grande desafio que se coloca a qualquer Autarquia. Agora uma nota que tem a ver com a minha sensibilidade sobre este problema. Da minha experiência pessoal resulta uma considerável frustração porque a tarefa

de levar à prática a melhor estratégica, é extremamente difícil, isto é, os meios que as Câmaras hoje em dia têm para levar à prática todos os instrumentos de planificação e de controle de execução de fiscalização, estão muito aquém daquilo que deveriam ser, deveriam possuir de facto, muito mais potencialidades. Mas para possuírem essa capacidade, teriam de estar dotadas de meios financeiros que objectivamente não possuem, portanto, fica uma grande sensação de frustração. Eu penso que, naturalmente, algum descrédito pode surgir do facto de ouvirmos os políticos fazerem belos discursos e depois depararmos com uma realidade totalmente diferente, porque quem está no terreno, quem tem responsabilidades políticas no funcionamento da Câmara Municipal, confronta-se de facto com dificuldades funcionais muito pesadas. De qualquer forma, a minha convicção é de que nós estamos apostados de uma forma definitiva no melhoramento da eficiência do funcionamento da Câmara. Destaco a necessidade de se encontrarem formas de articulação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia porque estas, muitas vezes, conhecem claramente o terreno melhor do que a Câmara e portanto essa articulação é fundamental. Portanto irá ser feito um esforço para que a Junta de Freguesia tenha sempre uma palavra a dizer naquilo que tem a ver com a qualidade de vida das suas populações. Para terminar, uma nota de regozijo pelo clima de vivência participativa que encontrámos em S. Bernardo. De facto S. Bernardo é uma freguesia referência em muitos domínios, uma freguesia muito especial, no bom sentido."

De seguida, o **Sr. Presidente** fez a seguinte intervenção: "Em relação às intervenções que foram feitas sobre planeamento e instrumentos de planeamento não se vá daqui com a ideia que a construção em S. Bernardo está a ser feita de forma caótica e sem critério. A Câmara de Aveiro tem um conjunto de instrumentos de planeamento urbanístico que tem vindo a observar. O Plano Estratégico está aprovado, o PDM está aprovado e em vigor, o Plano de Urbanização está em vias de ser apresentado à Câmara e S. Bernardo é abrangido pelo plano de urbanização. Houve uma inflexão na metodologia adoptada, isto é, existiam vinte e tal planos de pormenor em execução e chegou-se à conclusão que isso estava a começar a bloquear tomadas de decisões, pelo que seguimos a metodologia de concentrarmos esforços em cinco ou seis planos que nos parecem mais prioritários, o que já está a dar os seus frutos, os trabalhos têm avançado, temos mantido a preocupação de ordenar correctamente o território, de não prejudicar a vida às pessoas e de permitir que os investimentos se façam. Julgo termos feito uma gestão eficaz da atenção que tem de existir entre iniciativas privadas e o correcto ordenamento do território."

Em relação à intervenção do Sr. Eng.º Cruz Tavares disse: *"Se no decurso desta presidência aberta houve algum número que, como disse, podia ser dispensado, acho que foi o Senhor que o fez e que eu acho que foi de uma infelicidade completa e até de ofensa às pessoas de S. Bernardo. Acho que nada do que aconteceu aqui foi para lá do espontâneo e da livre vontade das pessoas, não houve rigorosamente nenhum intuito de aproveitamento político pelo facto de termos agora eleições legislativas. As pessoas sabem muito bem distinguir as coisas, sabem que uma coisa são eleições legislativas e outra são estas iniciativas de presidência aberta que não influenciam em nada a opinião que as pessoas têm sobre o desempenho do executivo a nível nacional."*

CEMITÉRIO DE S. BERNARDO: - Seguidamente o Sr. Presidente deu conhecimento de que na sequência das deliberações do Executivo de 26 de Janeiro e 16 de Fevereiro do ano findo, se iria finalmente formalizar o acto de venda, pelo preço simbólico de cento e três mil e quinhentos escudos, do espaço do cemitério de S. Bernardo para a gestão da Junta de Freguesia, acto que ocorreu de imediato. Lida em voz alta a respectiva escritura, foi a mesma assinada pelo Dr. Alberto Souto, em representação do Executivo, pelo Dr. Elio Maia, em representação da Junta de Freguesia de S. Bernardo e ainda pelos Srs. Reverendo Padre José Félix de Almeida, Manuel Rodrigues Bolais Mónica e Isauro das Neves Ferreira, servindo de testemunhas.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Bernardo proferiu as seguintes palavras: *"Entendo que este acontecimento se traduz num acto de justiça, mas mesmo trazendo justiça, entendo que devemos estar gratos. Regozijo-me com o facto de termos como testemunhas deste processo três pessoas que estiveram na origem da criação desta instituição e da concretização do cemitério. É bom que, quase trinta anos depois, tenhamos aqui estas pessoas connosco e serem elas próprias a testemunhar a passagem daquele espaço para a Junta de Freguesia. Da parte da Junta julgo estar em condições de afirmar, tudo faremos, em termos de gestão, para ser dignos desta deliberação da Câmara e das testemunhas que tivemos. Muito Obrigado."*

De seguida iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos:

CENTRO DE SAÚDE MENTAL: - Relativamente ao edifício onde se encontra instalado o Centro de Saúde Mental, O Sr. Presidente informou que estão a decorrer negociações com vista à permuta com os terrenos dos Armazéns Gerais da Câmara Municipal sites na Rua das Pombas, tudo levando a crer que finalmente existem condições para desbloquear o processo, faltando apenas formalizar o acordo com a Direcção Geral do Património relativamente à diferença de verbas, para o que irá ser marcada uma reunião em Lisboa, com a Divisão de Avaliação.

A propósito deste assunto e no uso da palavra, o Sr. Vereador Eng.º Cruz Tavares citou o nome do Dr. Carlos Vidal, que muito contribuiu para o bom funcionamento deste Centro e que pelo seu esforço e dedicação, quase o transformou numa unidade única no País, motivo pelo qual entendia de toda a justiça que o seu nome fosse aqui referenciado.

Também a respeito do mesmo assunto, o Sr. Manuel Mónica, munícipe presente na assembleia, pediu a palavra para felicitar a Câmara por finalmente ter encontrado resolução para o problema do Centro de Saúde Mental e lembrando que o objectivo principal da doação feita pelos proprietários dos terrenos foi o de os mesmos se destinarem à construção de habitação social, pediu que não seja esquecida esta pretensão e que, por isso e dentro do possível, a área em causa venha a ter também um aproveitamento social.

ALDEIA DESPORTIVA: - Relativamente a esta infra-estrutura, que foi visitada no decorrer da presente Presidência Aberta o Sr. Presidente manifestou o seu contentamento e o sentimento que, segundo julga, é comum a todos, de que se trata de um excelente complexo desportivo muitíssimo bem equipado e que, por isso, merece um tratamento urbanístico envolvente com alguma dignidade. Neste sentido o Sr. Presidente propôs a abertura de concurso para a execução do arranjo da área envolvente à Aldeia Desportiva de S. Bernardo, designadamente para a construção de um parque de estacionamento fronteiro à entrada do Pavilhão Desportivo, o que mereceu a concordância dos restantes Elementos do Executivo, ficando por isso encarregados os serviços técnicos municipais de proceder à elaboração do respectivo projecto e estimativa de custos.

Mais foi deliberado, também por proposta do Sr. Presidente que os serviços técnicos procedam igualmente ao estudo e estimativa de custos com vista a que, numa segunda fase, se proceda também ao arranjo do campo de futebol, nomeadamente ao seu arrelvamento e electrificação e, num futuro também próximo, à abertura do arruamento que ligará esta zona

desportiva à zona central da freguesia. Segundo o Sr. Presidente estes e outros melhoramentos são mais valias que irão contribuir para a qualidade de todo o parque desportivo.

CONSTRUÇÃO DE UM PAVILHÃO DESPORTIVO PARA A ESCOLA

C+S DE S. BERNARDO: - O Sr. Presidente deu conhecimento de que a Câmara Municipal tem vindo a inscrever nos seus Planos de Actividades a intenção de celebrar protocolos com o Estado, nomeadamente com a Secretaria de Estado da Acção Educativa, com vista à construção de Pavilhões Desportivos. Mais informou que, no ano em curso, só foi possível incluir em PIDAC os pavilhões de Cacia e Oliveirinha, mas existindo já a promessa de, no próximo ano, se fazerem protocolos para a construção em S. Bernardo e Aradas, esta Câmara Municipal estará disponível para assumir a sua parte.

O Sr. Vereador Prof. Celso Santos manifestou-se de acordo e acrescentou que se efectuem esforços para que o documento em causa abranja o pavilhão do tipo 2 que, para além da construção dos equipamentos, permite a sua utilização pela população em geral, fora dos períodos extra-escolares.

ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL EM PRATA AO

CENTRO DESPORTIVO DE S. BERNARDO: - Por proposta do Sr. Presidente e considerando que o Centro Desportivo de S. Bernardo comemorou, recentemente, o seu 25º Aniversário, ao longo do qual teve um importante papel na formação dos jovens e na competição desportiva, mantendo há largos anos em actividade, a maior escola de andebol e possuindo o maior número de jovens inscritos na respectiva Federação, foi deliberado, por unanimidade, atribuir ao mesmo a Medalha de Mérito Municipal em Prata.

O Sr. Vereador Eng.º Belmiro Couto apresentou a seguinte declaração de voto:

"Começo por declarar o meu total apoio à atribuição desta medalha, mas gostava de fundamentar este meu apoio dado não ter sido presente qualquer fundamentação escrita por parte da proposta apresentada pelo Sr. Presidente. Conheço muito bem este Clube, que tem o mérito de manter o primeiro lugar no ranking das escolas desportivas, mantendo há vários anos a maior escola nacional de andebol. Claro que uma data como os 25 anos de uma instituição merecem ser assinaladas e é justo que esta medalha seja agora atribuída. O mérito deste Clube já foi reconhecido muitas vezes pela Câmara de Aveiro, quando apoiou a sua infra-estrutura, quando elaborou um protocolo de apoio permanente à sua actividade desportiva, quando contribuiu com inúmeros apoios pontuais e particularmente quando num

momento difícil soube apoiar e viabilizar a perenidade do clube de modo determinante. O Centro Desportivo de São Bernardo, pelo mérito dos seus dirigentes e atletas é uma das colectividades que afirma o nome de Aveiro e contribui para o desenvolvimento desportivo social das suas populações. Por tudo isto voto favoravelmente a proposta de atribuição de Medalha de Mérito Municipal em Prata.”

CONSTRUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR À LINHA DO NORTE: - O Sr. Presidente informou que a obra de construção da PS à linha do Norte, que se localiza ao quilómetro 270.319, na ligação da Rua Ernesto Paiva em S. Bernardo com a freguesia de Aradas, se encontra já adjudicada, não tendo ainda sido possível dar início aos trabalhos em virtude de se ter verificado uma alteração ao projecto e à respectiva implantação. Mais informou que os serviços se encontram a efectuar contactos com os proprietários dos terrenos necessários, pelo que logo que seja formalizado o acordo será iniciada a construção.

CONSTRUÇÃO DA PASSAGEM DESNIVELADA NO CRUZAMENTO DO PINGO DOCE: - O Sr. Presidente comunicou, também, que a Câmara Municipal irá proceder à abertura de concurso público para a construção de uma passagem desnivelada no cruzamento do Pingo Doce, com vista a desfazer os conflitos permanentes de trânsito que ali se verificam, faltando apenas a aprovação do projecto o que pensa ocorrerá numa próxima reunião.

ALIENAÇÃO DE BENS – TERRENO ONDE SE ENCONTRA CONSTRUÍDA A SEDE DA JUNTA DE S. BERNARDO: - Considerando que por motivos alheios a este Executivo, o terreno onde se encontra instalada a Sede da Junta de Freguesia de S. Bernardo ainda não se encontra registado a favor desta Autarquia, foi deliberado, por unanimidade e de acordo com a informação técnica do DPGP n.º 101/99, vender à mesma, pelo preço simbólico de cinco escudos o metro quadrado e para os fins referidos, o terreno assinalado em planta anexa, com a área de 1200 metros quadrados e inscrito na matriz a favor do Município com o n.º 890.

Imediatamente a seguir, foi lida publicamente a escritura de compra e venda da dita parcela de terreno e assinada pelos representantes de cada um dos outorgantes, respectivamente, Presidente da Câmara Municipal e Presidente da Junta de Freguesia.

PUBLICAÇÕES – LIVRO “RUAS QUE SÃO GENTE”: - Face ao teor da informação prestada pela Técnica Superior da Biblioteca Municipal, junta ao correspondente processo, foi deliberado, por unanimidade, abrir concurso, na modalidade de consulta prévia, para a execução gráfica da obra em epígrafe, da autoria de Carlos Campos, Fausto Ferreira e Gabriela Amorim, cujos custos se estimam no valor de dois milhões de escudos.

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA VERA CRUZ - CEDÊNCIA DE MATERIAIS: - A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Vereador Eduardo Feio de 21 do corrente, que autorizou a cedência de 13 cedros e 3 metros cúbicos de areia ao Centro Social e Paroquial da Vera-Cruz.

PUBLICIDADE: - Face ao pedido formulado pela Red Litoral, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a afixação de quatro cartazes da Campanha “Exporegiões/99”, durante o período compreendido entre 23 de Setembro e 8 de Outubro, para afixação da campanha “Aveiro Moda”, nos quatro Minis situados na Avenida Dr. Lourenço Peixinho.

SUBSÍDIOS: - Considerando o pedido formulado no decorrer da presente reunião, pela Presidente do Conselho Directivo da *Escola Básica do 2º e 3º Ciclo de S. Bernardo*, foi deliberado, por unanimidade e por proposta do Sr. Presidente, conceder àquele Estabelecimento de Ensino, um subsídio no valor de cento e vinte mil escudos, para comparticipar na aquisição de colchões destinados à disciplina de Educação Física.

- Também por proposta do Sr. Presidente e em face do pedido formulado pela *Fanfarra de S. Bernardo*, a Câmara deliberou, por unanimidade, conceder à mesma um subsídio no montante de dois milhões de escudos, destinado a apoiar a compra de novos instrumentos musicais.

E antes de terminar a reunião, pediu a palavra o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Bernardo** para dizer o seguinte: *“Em nome da Junta de Freguesia, Assembleia de Freguesia, Associações Locais e Paróquia, quero agradecer a vinda da Câmara Municipal que muito nos honrou com a sua presença. Honrou-nos ver a Câmara preocupada com os nossos anseios e os nossos desejos e deu-nos força e entusiasmou-nos a continuar.”*

A terminar o Sr. Presidente da Câmara regozijou-se pela forma como decorreram os trabalhos, agradeceu a atenção dispensada e formulou votos para que a Câmara saia a desenvolver e resolver os problemas aqui focados. Dirigiu também os seus parabéns ao Sr. Presidente da Junta pelo trabalho desenvolvido.

APROVAÇÃO EM MINUTA: - Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do que dispõe o nº 4, do Artº 85º, do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março.

A presente acta foi distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura, conforme determina o artº 4º, do Decreto-Lei nº 45362, de 21 de Novembro de 1963.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Eram 18 horas.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu, Isabel Maria de Almeida Ferreira Amorim, Directora dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Aveiro, subscrevo.

Alby I. José
Isabel Maria de Almeida Ferreira Amorim
Márcia Antónia Linho e Melo
José Carlos



Câmara Municipal de Aveiro

EDITAL N.º 211/99

ALBERTO AFONSO SOUTO DE MIRANDA, PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

Faz saber, que a reunião ordinária desta Câmara Municipal que teria lugar no próximo dia 30 de Setembro é antecipada para a 3ª feira anterior, dia 28 de Setembro, com início pelas 15h00m, a realizar na Sede da Junta de Freguesia de São Bernardo, no âmbito da Presidência Aberta.

AVEIRO E PAÇOS DO CONCELHO, EM
24 DE SETEMBRO DE 1999


O PRESIDENTE DA CÂMARA, *